

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4860, DE 2016, QUE  
"INSTITUI NORMAS PARA REGULAÇÃO DO  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS EM  
TERRITÓRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS" PROJETO DE LEI Nº 4860, 2016.**

**EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PL 4860/2016 Nº**

Altera dispositivo ao PL n.4860/2016, que  
"Dispõe sobre o Marco Regulatório do  
Transporte Rodoviário de Cargas e dá  
outras providências".

O inciso III do art. 4º do substitutivo do Projeto de Lei nº 4860, de 2016 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º.....

.....

III – CTC:

- a) ter sede no Brasil;
- b) possuir Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ ativo;
- c) ter a atividade de transporte rodoviário de cargas;
- d) manter RT por número de veículos, conforme proporcionalidade definida em regulamento;
- e) ter patrimônio líquido, de 200.000 (duzentos mil) Direitos Especiais de Saques (DES)" (NR)

**JUSTIFICATIVA**

As sociedades cooperativas são caracterizadas pela associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços,

sem fins lucrativos, portanto elas primam pela valorização das “pessoas” e não do “capital”, sendo cada associado a representação fática de um voto independentemente do valor do seu capital integralizado (Lei 5.764/71 art. 4º Inciso VI).

As sociedades cooperativas também são vedadas a remunerar o capital dos sócios, com a exceção da aplicação de juros de no máximo 12 % a.a. quando previsto em estatuto e desde que a mesma tenha apresentado resultados positivos. Desta forma o capital social, ou conforme descrito na redação do texto, “*patrimônio mínimo, subscrito e integralizado*”, não se confunde com patrimônio social. A sua função precípua é constituir o fundo inicial, o patrimônio originário, com o qual se tornará viável o início à vida econômica da sociedade (REQUIÃO, 2015).

Desta forma, visando atender a essência da legislação que é salvaguardar os interesses dos contratantes e contratados, resta mais racional avaliar o volume de recursos na conta de patrimônio líquido ao invés de avaliar somente a cifra contida enquanto cota capital.

Cabe ressaltar que até mesmo as instituições financeiras utilizam esta metodologia para avaliar a estrutura de capital de uma cooperativa, e além do mais a própria comprovação e controle será facilitada visto que o volume de patrimônio líquido poderá ser comprovado de forma digital extraído da ECD (Escrituração Contábil Digital).

Sala da Comissão, em        de        de 2017.

Deputado VALDIR COLATTO